

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO XI

VOLUME I



COIMBRA / 1964

B I B L I O G R A F I A

Elementa ad Fontium Editiones. Volumes xi, xii, xv, xvi e xix.
Documenta Polonica ex Archivo Generali Hispaniae in Simancas. Edidit Valerianus Meysztowicz. Institutum Historicum Polonicum Romae. Roma, ii Pars, 1964 (vni-288 pp.;
vii *tabulae*). iii Pars, 1964 (vi-294 pp.; vi *tabulae*).
iv Pars, 1966 (vm-258 pp.; vii *tabulae*), v Pars, 1966
i(viii-334 pp.; in *tabulae*). vi Pars, 1968 (vm-430 pp.;
iv *tabulae*).

O Instituto Historico Polaco de Roma publica desde 1960, sob a direcção de Mons. W. Meysztowicz, urna importante colecção de fontes para a história da Polónia que se encontram em arquivos estrangeiros. Diela faz parte uma série relativa ao Arquivo Geral de Simancas e constituída, até agora, por 6 volumes. Ao primeiro já nos referimos na revista da Faculdade de Letras de Coimbra C) ; a presiente recensão será dedicada aos cinco seguintes.

Há em Simancas, na secção *Estado*, um conjunto die 18 maços (*legajos* 6580-6597) que constituem a «Negociación de Polonia» e são formados por documentos do século xvm, especialmente da sua segunda metade. Seria, no entanto, errado pensar que nada mais se encontra no célebre arquivo espanhol com interesse para a Polónia. Pela posição geográfica e pela sua importância política e militar, este país esteve, praticamente, ligado a todos os grandes problemas da Europa Centro-Oriental nos séculos xvi e xvii; por outro lado, o carácter electivo da monarquia polaca facilitava, nos períodos de interregno, a intervenção dos Estados vizinhos, cada um detes interessado em coloicar no trono um príncipe com cuja amizade pudesse contar. Não é de admirar, pois, que os assuntos polacos ocupem

(!) *Biblos*, vol. XXXIX, 1963, pp. 428.429.

lugar de relevo na correspondência dos monarcas e dos agentes diplomáticos da época, e, conhecidos os íntimos laços políticos e familiares entre os dois ramos da Casa de Áustria, compreende-se a importância que, sob este aspecto, deviam ter o posto de Viena e as cartas diárias enviadas para a corte de Madrid.

As investigações realizadas em Simancas por Mons. W. Meyszowicz revelaram-se fecundas: a série «Negociación de Alemania» forneceu centenas de textos com informações mais ou menos extensas sobre a Polónia ou com ela relacionadas. Se o vol. I continha 157 documentos, datados de 1514 a 1572, nos vols. II a VI encontramos nada menos de 934, escalonados no tempo entre 1556 e 1620 ⁽²⁾. Trata-se, geralmente, de cartas de monarcas e príncipes (há muitas de Filipe II de Espanha e algumas dos imperadores Maximiliano II e Rodolfo II, dos reis da Polónia Segismundo Augusto, Henrique de Valois, Estêvão Baltory e Segismundo III), de políticos e diplomatas, de agentes e personagens de diversas categorias e nacionalidades, ao lado das quais aparecem por vezes informações de autores ignorados.

Os idiomas em que estão redigidos estes textos são, na imensa maioria dos casos, o castelhano e o latim, mas encontram-se também alguns em italiano, mais raramente em francês, e um em russo.

A publicação das fontes é feita na íntegra ou em extracto, com breves notas que esclarecem os pontos duvidosos e identificam ou corrigem os nomes próprios deturpados. Tal como no vol. I, o organizador dispensou as anotações históricas e geográficas, por entender que elas nunca satisfazem os estudiosos e que a sua relativa utilidade não compensa o trabalho que exigem, tendo ainda o inconveniente de fazer atrasar a impressão dos documentos ⁽³⁾.

Provavelmente também por esta última razão, foi adoptada na colectânea a mesma ordem que os documentos têm nos maços, e não a temática ou a cronológica, em princípio preferíveis. Mais deve

(2) Porque pode ser de utilidade para o leitor, convém discriminar. Vol. II: 214 documentos, de 1572 a 1579 (mas há 2 de 1567, 1 de 1570 e 8 sem data). Vol. III: 163 docs., de 1571 a 1576 (incluindo 14 is. d.). Vol. IV: 209 docs., de 1575 a 1587 (note-se que os textos lesitão numerados de 1 a 211, mas faltam os n.ºs 60 e 61, sem que haja, no entanto, qualquer salto na paginação). Vol. V: 227 docs., de 1587 a 1590 (incluindo 16 s. d.). Vol. VI: 121 docs., de 1556 a 1620 (incluindo 7 -s. d.).

(3) Vol. IV, p. VII. Cfr. v. 1. I, p. VIII.

notar-se (e o proprio Mons. Meysztowicz o acentua) que essa ordenação arquivística, embora não acompanhe de modo rigoroso a marcha do tempo, não 'deixa de a respeitar em certa medida (4). Por outro lado, os índices cronológicos no fim dos volumes ajudam o leitor a restabelecer a exacta sequência temporal dos documentos.

Em todos os cinco tomos encontramos urna breve introdução, um índice dos nomes próprias e várias *tabulae*, com a reprodução de textos e de retratos antigos. De entre estes merece ser destacado o de Segismundo III, rei da Polónia, pintado por Rubens (vol. v), e que actualmente se encontra numa colecção suíça (5).

O vol. vi fecha com os *regesta* de todos os documentos publicados nos seis tomos, ocupando grande espaço (pp. 141-420), talvez sem verdadeira necessidade, pois estes resumos já se encontram a anteceder os textos nos próprios volumes em que estão impressos. É certo que o leitor poderá assim fazer ideia, mais rapidamente, do conteúdo da colecção.

Importa ver, por fim, quais os principais assuntos a que estas fontes se referiam e para cujo estudo poderão *ser* de utilidade.

As datas extremas que apontámos—1556 e 1620 — levam-nos, na história da Polónia, do reinado de Segismundo Augusto até bem dentro do de Segismundo III. Ora, é sabido que o século xvi tem singular importância na vida do país, tanto no plano político e militar como nos domínios da religião e da 'cultura. Verdadeira «época de ouro» da civilização polaca, assistiu a um extraordinário florescimento literário e artístico, influenciado pelos intensos contactos com a Itália renascentista. Se nesse país eslavo, profundamente «latinizado» desde a Idade Média, o latim continuava a ser largamente usado nos escritos humanísticos e manejado 'com facilidade por todas as pessoas cultas, não é menos verdade que as controvérsias religiosas resultantes da introdução da Reforma favoreceram

(4) Cfr. vol. III, p. V.

(5) Sobre esitoe nefcrato ver o artigo de Karolima (Lanckoronska, sub-directora do Instituto Histórico Polaco dte IRoma e antiga professora die História ida Arte na Universidade die Lwów: *Un portrait de Sigismond III roi de Pologne par Rubens*, in *Antemurale*, vol. XI, Roma, 1967, pp. 173-175. Acerca dio mecemato artístico de Segismundo III e das suas relações com pintores flamengos ver: W. Tomkiewicz, *Le mécénat artistique en Pologne à Vépoque de la Renaissance et du début du Baroque*, in *Acta Poloniae Historica* (=A.P.H.), vol. XVI, Varsóvia, 1967, pp. 98-99.

o rápido desenvolvimento do idioma e da literatura nacionais. A assimilação desses factores externos e a sua ligação aos de raiz nacional deu à cultura polaca do século xvi um carácter complexo, que por vezes se exprimiu em criações originais ⁽⁶⁾.

Ainda mais original foi, por certo, a «evolução religiosa do país na mesma 'época. «Não há nada de comparável, na Europa, à situação religiosa da Polónia durante a segunda metade do século xvi» (7). A grande nação católica estava então transformada em «asilo dos hereges», segundo as célebres palavras do cardeal Hosius, notável figura «da Contra-Reforma. Aí encontravam abrigo mesmo as seitas mais radicais, expulsas de toda a parte. Como se chegara a tal situação, aparentemente estranha?

Era uma consequência 'do ambiente de relativa tolerância de que a Polónia, nessa época, (Constituía exemplo único. A Reforma penetrara no país pouco depois da sua eclosão na Alemanha, difundindo-se, inicialmente, nos centros comerciais, onde era numeroso o elemento germânico, mas não tardando a invadir os meios polacos. Durante os reinados de Segismundo I '(1506-1548) e Segismundo II Augusto (1548-1572) realizou nítidos progressos, a ponto de Roma chegar a temer que todo o país abandonasse a fé católica. Tanto na Polónia como na Lituânia, várias famílias de magnates, grande parte da pequena nobreza e alguns membros do clero deram a sua adesão às crenças reformadas.

Muito activos, os protestantes conseguiram dominar por vezes a Dieta **te** foram obtendo sempre novas vantagens, até à chamada «Confederação de Varsóvia» (1573), por meio da qual a nobreza se comprometeu a manter entre os seus membros um regime de paz e tolerância, apesar das diferenças de religião ⁽⁸⁾. A liberdade religiosa não deixou de ser respeitada pelo rei Estêvão Batory (1576-1586) e também, embora com restrições, pelo seu sucessor

⁽⁶⁾ A. 'Ronarski, *L'Italie et la Pologne au cours dos siècles*, Laucaria, 1945, pp. 25-51; O. Halecki, *The Renaissance in Poland: Cultural Life and Literatura*, in *The Cambridge History oi Poland* l(=C. if. P.), vol. I, Cambridge, 1950, pp. 273-286; W. Tomkiewicz, *op. cit.*, pp. 91-108-

⁽⁷⁾ J. üLedier, *Histoire de la tolérance au siècle de la Réforme*, t. I, Paris, 1955, p. 363-

⁽⁸⁾ O. Haliiecki, *A History of Poland*, 2.^a cid., Nova Iorque 1943, 1pp. 123-124; P. Fox, *The Reformation in Poland*, in C. H. P., vol. I, pp. 322-345; J. Lecler, *op. cit.*, t. I, pp. 364-371, 375-379.

Segismundo III (1587-1632) (°). Com razão observia J. Lecler que aseria exicegsivo considerar a Polónia, entre 1548 e 1632, como um oásis de paz confessional no meio 'de uma Europa intolerante e dilacerada pelas guerras religiosas», pois «nesse país onde a servidão era mais rigorosa que em qualquer outra parte, as massas rurais, que permaneceram católicas, foram muitas vezes oprimidas na sua fé por senhores passados à Reforma». Mas não é menos verdade «que esse reino católico foi o primeiro Estado da Europa a fazer sèriamente a experiência da liberdade dos cultos» ⁽¹⁰⁾.

A tolerância, que inicialmente facilitou a propagação do protestantismo, acabou por favorecer a recuperação católica. As novas ideias religiosas tinham-se espalhado largamente entre a nobreza, mas, muitas vezes, de forma superficial, por considerações políticas ou económicas, e faltava-lhes por completo o apoio popular; os camponeses continuaram firmemente apegados à sua antiga fé. Por outro lado, as divisões e rivalidades 'das várias correntes reformadoras acabaram, como previra Hosius, por ajudar a destruí-las C¹¹). Isto foi muito, mas não tudo. É impossível esquecer a importantíssima obra de reconquista espiritual realizada na Polónia pela Igreja católica, renovada :e «reformada» após o Concílio de Trento; —♦verdadeira «renascença», em que tiveram papel fundamental a «extraordinária personalidade» do cardeal Hosius, os bispos e a Companhia de Jesus, apoiados pelos reis Estêvão Batory e Segismundo III ⁽¹²⁾. Pelos fins do reinado deste último, o protestantismo

⁽⁹⁾ E. Kuntze, *Les rapports de la Pologne avec le Saint-Siège à Vépoque d'Etienne Batory*, in *Etienne Batory, roi de Pologne, prince de Transylvanie*, Cracovia, 1935, pp. 147-149, 153-154; Th. Glemma, *Le catholicisme en Pologne à Vépoque d'Etienne Batory*, *ibid.*, pp. 339-340; J. Leder, *op. cit.*, t. I, pp. 379-384.

⁽¹⁰⁾ *Op. cit.*, t. I, p. 397.

«Se 'a 'Polónia permaneceu católica, <ieve-'o à resistência das massas populares, tanto como às rivalidades irredutíveis das seitas e dos iseus dirigentes» (J. Lecler, *op. cit.*, t. I, p. 367). Cfr. P. Fox, *The Reioramation*, cit pp. 345-347; W. Meyszowicz, *La Pologne dans la Chrétienté*, Paris, 1966, pp. 60-62, 89; J. Leder, *op. cit.*, t. I, pp. 365-367, 370, 397-398.

⁽¹²⁾ J. Pajewski, *Zygmunt August and the Union oi Lublin, 1548-72*, m C. H. P., vol. I, p. 368; J. Uminski, *The Counter-Reformation in Poland*, *ibid.*, pp. 392-415; O. Halecki, *A History oi Poland*, pp. 124-125, e *Borderlands oi Western Civilizaron. A History oi East Central Europe*, Nova Iorque, ,1952, pp. ,165-168; L. Bourdon, *Jerónimo Osorio et Stanislas Hosius d'après leur correspondance (1565-1578)*, Coimbra, 1956; E. Kuntze, *op. cit.*, pp. 139-140, 148-157; Th. Glemma, *op. cit.*, pp. 335-374.

«estava piraticamente eliminado e toda a Polónia era de novo católica» >⁽¹³⁾.

Com esta interessante evolução cultural e religiosa coincidiram o crescimento da população '(do <séc. xiv até ao fim do xvi a densidade populacional teria passado de 5,7 para 14,6 habitantes por Km.²), o desenvolvimento da vida económica, a estruturação de um regime político interno de características invulgares e a transformação 'do país em grande potencia militar. De facto, o século xvi e a primeira metade do xvii assistiram ao considerável alargamento da superfície das terras aráveis, especialmente nas províncias rutenas, ao grande aumento da produção dos cereais e a importantes modificações do sistema de exploração da propriedade rural, em parte à custa de um agravamento da situação dos camponeses. Se as invasões tártaras e as guerras com os Moscovitas fecharam à Polónia o comércio do Mar Negro e lhe dificultaram a utilização do Duina e do Dniéper como vias mercantis, em compensação adquiriu extraordinária importância a corrente de exportação e importação que ligava o país aos Estados da Europa ocidental através de Danzig e do Báltico, tanto mais que, desde 1466, os Polacos tinham recuperado o acesso directo a este mar e dominavam as bocas do Vístula ⁽¹⁴⁾. Mas nem os contactos económicos, nem os de ordem -cultural e religiosa serviram de veículo às formas políticas então predominantes no 'continente; a Polónia continuou a preferir a sua «liberdade dourada», de que era fundamento um sistema político-social diferente de todos os 'do tempo e a que se tem dado o nome de democracia nobiliária.

Durante o século xv, a pequena nobreza (*szlachta*) conseguiu conquistar diversas vantagens e um crescente poderio à custa das grandes famílias aristocráticas e do próprio rei. Liberta de impostos desde fins do século xiv, habituou-se a discutir em assembleias locais ou *dietina*® os pedidos de natureza financeira formulados pelo® monarcas e depois outros assuntos importantes da vida do Estado.

⁽¹³⁾ W. Meyszcowicz, *op. cit.*, p. 61.

⁽¹⁴⁾ J. Rutkowski, *Histoire économique de la Pologne avant les partages*, Paris, 1927, pp. 32, 96-118, 165-169, 177-179; A. Ładziński, *Border of Europe. A Study of the Polish Eastern Provinces*, Londres, 1950, pp. 12-14; B. Lesmondski, *Les partages de la Pologne (Analyse des causes et essai d'une théorie)*, in *A. P. H.*, vol. VIII, 1963, pp. 7-30; A. Maicziak, *Études sur Véconomie rurale dans l&s biens de VÉglise en Pologne au XVI^e siècle*, *ibid.*, pp. 107-110.

As dietinas, que foram adquirindo regularidade, deram origem às dietas provinciais e, por fim, à Dieta geral, reunida pela primeira vez em 1493. À preponderância política da *szlachta* juntaram-se vantagens de natureza económico-social, relacionadas com as transformações do sistema de exploração agrária a que já aludimos, designadamente com o desenvolvimento da reserva senhorial e com a situação dos camponeses. A condição legal destes, muito favorável desde o tempo de Casimiro o Grande (1333-1370), começou então a agravar-se, com a perda da protecção concedida pelos tribunais reais, a introdução do sistema das corveias e a fixação obrigatória dos camponeses à terra. Por outro lado, a burguesia viu-se impedida de ocupar os cargos mais elevados da Igreja e do Estado e de adquirir bens rurais, enquanto se proibia aos nobres que praticassem a indústria e o comércio. Quando a alta aristocracia tentou readquirir a antiga importância política, o descontentamento da *szlachta* levou o rei Alexandre a promulgar a constituição chamada *Nihil novi* (1505), segundo a qual, de futuro, nada poderia ser resolvido pelo monarca e seus sucessores sem «o consentimento comum» dos senadores e dos deputados provinciais, desde que estivessem em jogo o direito geral e a liberdade pública. Assim se caminhou para uma espécie de monarquia «constitucional», em que o poder supremo pertencia não apenas ao Rei, mas também ao Senado e à Dieta (câmara dos «núncios» ou deputados). No fim do reinado de Segismundo Augusto e no breve governo de Henrique de Valois, o sistema adquiriu, por assim dizer, a sua forma definitiva com as normas relativas à eleição real.

Já antes do século xvi a Polónia era uma monarquia electiva, mas, na realidade, os Polacos escolhiam sempre um príncipe da família dos Jagelõs, de modo que se mantivesse a união polono-lituana, estabelecida em 1386, quando a rainha Edviges da Polónia casou com Jagelão (Jagiello), grão-duque da Lituânia. A «dinastia», porém, ia extinguir-se com Segismundo Augusto, que não tinha descendentes, e por isso era de temer o aparecimento de graves problemas. O das relações polono-lituanas foi resolvido pela Célebre Dieta de Lublin (1569), que transformou a união pessoal existente entre os dois países em união real: a «Coroa» (Polónia) e o Grão-Ducado ((Lituânia) conservavam a sua autonomia administrativa, com exército e tesouro próprios, mas tinham uma só Dieta e um Rei eleito em comum. Deve notar-se que desde há muito a Lituânia vinha sofrendo «a influência contagiosa das instituições liberais

polacas» '(15) e que a «força 'atractiva» destas se exerceu também noutros territórios, como a Ruténia, ia Masovia, a Po meta nia, a Livomia e a Fodlásia, contribuindo para a sua integração na comunidade polaca' (16).

O problema das normas a seguir na eleição régia pôs-se de forma aguda após a morte de Segismundo Augusto (1572). Os chefes da *sziachta*, e especialmente João Zamoyski — grande figura de político, humanista e chefe militar (17) — conseguiram fazer adoptar o princípio do voto *viritim*, isto é, por cabeça, de toda a nobreza, reunida em assembleia especialmente convocada para a eleição. Esperavam assim tornar impossível o triunfo de candidaturas alemãs e moscovitas, nada populares entre a massa nobre, e «evitar as pressões dos magnates sobre os eleitores. Estes escolheram um príncipe francês, Henrique de Valois, que teve de aceitar importantes limitações aos seus poderes como soberano (*articuli Henriciani*), e, depois de um breve reinado de quatro meses (1574)-, fugiu precipitadamente da Polónia para ir ocupar o trono francês, vago por morte de seu irmão Carlos IX.

Em pouco tempo, abria-se «portanto um segundo interregno, em que não faltaram «acesas lutas políticas, encerradas com a eleição e coroação do candidato da pequena nobreza, Estêvão Batory, príncipe da Transilvânia (1575). Reinou durante «dez anos e de forma tão notável que ficou a ser «considerado como «um dos maiores homens da história polaca» (18). A sua brusca «morte arrastou o país para um período de dificuldades, que chegaram até à guerra civil. A Segismundo Wasa, príncipe real da Suécia «e filho de uma princesa polaca, opuseram-se os partidários «do pretendente austríaco, Maximiliano, irmão do Imperador. No entanto, a acção política e as vitórias militares do chanceler e *hetmán* Zamoyski impuseram definitivamente a realeza de Segismundo III.

(15) L. Konopczyński, *Le liberum veto*, Paris, 1930, p. 221.

(16) J. Siemieniski, *Constit ut tonal Conditions in the Fiftteenth and Sixteenth Centuries*, in C. H. vol. I, pp. 433-438.

(17) «O que faz dele um dos mais perfeitos representantes do Renascimento não só na Polónia, mas «em «geral, é a sua universalidade, que faz pensar nos génios do Cinquecento italiano. Zamoyski foi um dos mais ilustres homens de Estado que produziu a Polónia, um estratega de «primeira ordem «e um perfeito humanista» (A. Bronairski, op. cit., pp. 54-55)-

(18) A. Zóltowski, op. cit., p. 18.

Numa Europa em que predomina via a tendência para o absolutismo, o sistema polaco 'de governo despertou 'interesse entre os juristas ocidentais, pela sua concepção da liberdade política; mas não deixou de revelar também pontos fracos e perigos. Os mandatos imperativos concedidos pelas dietinas aos seus representantes na Dieta e a exigência da unanimidade nas votações dificultaram por vezes grandemente a vida políti/Ca, complicada ainda a partir do século xvii oom o abuso do *liberum veto* e do *rókosz* (insurreição «legal», quando a nobreza entendia que o Rei violara a constituição). Além disso, «durante os interregnos e as dietas, o dinheiro estrangeiro teve demasiadas vezes uma funesta influência» (19). É que a eleição para o trono polaco interessava a todos os países da Europa Centro-Oriental e também a alguns ocidentais.

Pela sua posição e extensão territorial e pelo seu poder económico e militar, a Polónia do século xvi representava um importante factor de equilíbrio no espaço europeu (20). Entretanto, os seus governantes tinham de preocupar-se com toda uma série de problemas externos de maior ou menor gravidade, como o domínio dos Habsburgos nla Boémia e na Hungria, o avanço turco nos Balcãs, o acesso ao Mar Negro, em que viam «um interesse económico de primeira ordem» (21), e a complexa questão do *dominium Maris Bálticiy* que envolvia, além da Polónia, a Dinamarca, a Suécia, as cidades hanseáticas e a Moscovia. Firmemente estabelecida no litoral pomerânico, a Polónia não procurou, no entantlo, transformar-se em potência marítima, preferindo adoptar uma política de equilíbrio

(19) i\y. Sobiesld, *Histoire de Pologne*, fcrad., Paris, 1934, p. 158. Sobre os assuntos a que aludimos no texto ver: J. Pajewski, *op. cit.*, pp. 348-368; F. Nowiakj, *The Interregna and Stephen Batory, 1572-86*, in *C. H. P.*, vcil. I, pp. 369-391; W. Sobieski, *op. cit.*, pp. 155-182; L. Konopczymki, *op. cit.*, pp. 153-185; H. de Montfort, *La Pologne*, Paris, 1946, pp. 39-48; A. Jobert, *Conscience chrétienne et Servage des paysans dans la Pologne du XVI^e et du XVII^e siècle*, in *Revista Portuguesa de História*, t. VI, 1955, pp. 275-281; A. Wyczanski, *En Pologne. Uéonomie du domaine nobiliaire moyen (1500-1580)*, in *Annales (E. S. C.)*, 18^e 'année, 1963, n.º. 1, pp. 81-87; A. Zaja/czkowski, *En Pologne. Cadras structurels de la noblesse*, *ibid.*, pp. 88-102; O. Halecki, *Borderlands oi Western Civilization*, pp. 168-172.

(20) ÍE. S. Urbanski, *Polonia, los Eslavos y Europa*, México, 1943, p. 45.

(21) H. die Miomtfotrt, *op. cit.*, p. 83. C&r. *ibid.*, pp. 82-87; J. Rutkowski, *op. cit.*, pp. 53-54, 187-188; O. H'a)lecki, *Borderlands oi Western Civilization*, pp. 160-164.

nas regiões bálticas, «e opondo-se, por isso, a todas as tentativas de preponderância de outros países. Esse o significado das vitoriosas campanha® de Estêvão Batory contra os Moscovitas, que assim foram obrigados a deter por largo tempo a sua expansão em direcção ao Báltico (22).

Pareceu-nos conveniente esboçar, a largos traços, este vasto quadro, porque ele nos ajuda a compreender os textos publicados nos volumes **II** a **VI** de *Documenta Póiorúca*; estes, por sua vez, completam ou esclarecem o que já conhecíamos a partir de outras fontes. Dada a natureza da documentação, não é de estranhar que predominem os assunto® de política interna e externa, muito especialmente os que se relacionam com os reinados de Henrique de Valois, Estêvão Batory e Segismundo III, com os interregnos e com as eleições reais.

A morte de Segismundo Augusto (1572) desencadeou as maiores ambições e rivalidades em volta do trono polaco, pretendido pelo Imperador para seu filho Ernesto, pelo rei de França para seu irmão Henrique de Valois *te* pelos soberanos da Suécia e da Moscovia para filhos seus, sem falar de outros candidatos menos importantes. Enquanto o pretendente imperial podia contar com o auxílio do Papa, de Filipe II de Espanha e de vários príncipes alemães, o candidato francês era apoiado pelos Turcos. Os principais interessados enviaram à Polónia embaixadores especiais, a fim de conquistar os votos da nobreza do país. Entrou-se então num complicado jogo de promessas, aliciamentos, subornos, intrigas e ameaças, que desembocou finalmente na eleição de Henrique de Valois e que nos aparece largamente documentado nas páginas de *Documenta Polonica* (23).

Destes textos, na sua maioria «espanhóis, ressalta com nitidez o extraordinário interesse de Filipe II «(maior que o do próprio Imperador) pela eleição de seu sobrinho Ernesto, não tendo poupado

(22) O. iLaskawski, *Les campagnes de Batory contre la Moscovie*, in *Etienne Batory*, cit., pp. 375-403; H. de Montfort, op. cit., <pp. 93, 95-97, 102-105; F. Nowak, op. cit., pp. 381-386; O. Haliski, *Borderlands oi Western Civilization*, pp. 173-177, 178-180.

(23) Vol. II, doos. 2-7, 9-17, 20-31, 35, 37-39, 44, 50, 51, 56, 64, 74, 76-84, 86, 90, 92-107, 109-114, 152-154; vx>l. III, doos. 4-15, 97-105, 118, 122, 124-163. Cfr. R. Przedziecki, *Diplomatie et protocole à la Cour de Pologne*, vol. I, Paris 1934, pp. 17-18, 104-108; vol. II, Paris, 1937, pp. 80-85, 220.

esforços mem dinheiro (24)- Os Franceses, no entanto, souberam agir com mais habilidade e eficácia, ajudados, sem dúvida, pela natural aversão dos Polacos aos seus vizinhos Alemães e Moscovitas e pela desconfiança que nutriam em relação à política da Casa de Áustria (25).

Mas poucos meses durou o reinado do príncipe francês, que vivia «muy metencólico ide versie en aquiel neyauo tan estraño para su conkdiçion» (26). À morte de seu irmão Carlos IX, não hesitou em abandonar 'clandestinamente a Polonia e em regressar ao pais de origem, para assegurar a posse da coroa. Pello aspecto sensacional e por suas repercussões políticas, o episodio foi muito comentado, como bem o mostra esta publicação (27). Os Polacos, «indignados y desesperados» i(28), consideraram o trono vago, e, apesar dos protestos de Henrique de Valois, trataram de eleger novo soberano.

As lutas políticas deste interregno foram ainda mais ásperas e as divisões mais profundas do que as do anterior. Enquanto os membros do Senado proclamavam rei o imperador Maximiliano II, a *szlachta*, a princípio inclinada para um candidato nacional, acabou por aclamar o voivoda da Transilvânia, Estêvão Batory, prestigioso chefe militar e conhecido inimigo da Casa de Áustria'(29). Os documentos de Simancas mostram que, mais uma vez, Filipe II concedeu importante auxílio financeiro ao seu parente de Viena. Sem resultado, porque Batory, mais rápido do que o Imperador a

(24) Val. III, docs. 4-11. O arquiduque Ernesto tinha sido educado em Espanha.

(25) O embaixador espanhol Pedro Fajardo escrevia a Filipe II: «...Nos ha desayudado el grande odio que aquella gente tiene con 'los tudescos, y particularmente con ©sita casa de Austria...» (Vol. III, doc. 160, p. 272); e ainda: «...Esta misma Vecindad les pone delante los ojo® el tyrano imperio deste 'Moscovita y de la estraña'a condición y crueldad suya y de sus hijos que les pone tanto temor que creemos que este les hará posponer el provecho y no admitirle...» (*Ibid.*, doc. 129, p. 185). Cfr. J. Tazbir, *Recherches sur la conscience nationale en Pologne aux XVI^e et XVII^e siècle*, in A. P. H., vol. XIV, 1966, pp. 5-22; W. Sobieski, *op. cit.*, p. 163; W. Meysztcowicz, *La Pologne dans la Chrétienté*, pp. 74-75.

(26) Vol. II, doc. 145. Cfr. *ibid.*, doc. 146.

(27) Vol. II, docs. 122-125, 130-143; vol. III docs. 18 e 20.

(28) Vol. II, doc. 131.

(29) Cfr. J. Szàdeczky, *Uélection d'Etienne Bâthory au trône de Pologne*, in *Etienne Batory*, cit., pp. 82-104; R. Przewdziiiecki, *op. cit.*, vol. II, pp. 86-90; F. Nowak, *The Interregna and Stephen Batory*, cit., pp. 374-378.

aceitar as 'condições que lhe propunham e a entrar na Polónia, não tardou a tomar «conta do poder que a grande massa da nobreza lhe oferecia »⁽³⁰⁾. A sua realeza tornou-se, pouco depois, indisputada, com a morte de Maximiliano II.

Do grande reinado de Estêvão Batory ie das vitórias que alcançou contra Ivan o *Terrível* na luta pelo domínio da Livónia encontramos algumas notícias em *Documenta Polorúca* ⁽³¹⁾.

Já aludimos à grave crise que se seguiu à inesperada morte deste soberano (1586) e que atingiu o seu ponto agudo com a eleição quase simultânea do príncipe Segismundo Wasa, herdeiro da coroa da Suécia e descendente da dinastia jagelónica, e do arquiduque Maximiliano, irmão do imperador Rodolfo II. A notável acção política e militar do célebre chanceler Zamoyski, que fora um dos melhores colaboradores do rei Estêvão, garantiu o trono polaco a Segismundo. A vitória do chanceler em Byczyna, com o aprisionamento do próprio candidato imperial <(1588), teve efeitos decisivos: Rodolfo II reconheceu a realeza de Segismundo III.

Todos estes acontecimentos aparecem largamente documentados na colectânea organizada por Mons. Meysztowicz, desde o interregno e a dupla eleição de 1587 ⁽³²⁾, a batalha de Byczyna ^{*(33)} e as diligencias para a libertação de Maximiliano^{^34)}, até ao desenvolvimento do conflito polono-austriaco e à paz final ⁽³⁵⁾.

A abundância de fonte® relativas aos interregnos e às eleições régias não pode surpreender: não se tratava de questiúnculas de palácio, mas de problemas que punham em jogo o destino do país e o equilíbrio de toda a Europa Centro-Oriental. Em todo o caso, o predomínio destes assuntos na documentação não exclui, de modo nenhum, a existência de muitos outros, por vezes de grande interesse. Lembremos as luta© polono-moscoviftais, o problema das relações

⁽³⁰⁾ Vol. II, dioos. 91, 115-117, 126, 128-129, 131, 133, 139, 142, 150, 151, 157-170, 174-185, 188-199, 204-214; vol. III, does. 17-39, 45-74, 79, 83-96, 106-117.

⁽³¹⁾ Voa. IV, does. 4, 8, 38, 45, 63, 64, 67, 70, 75, 76, 81-131.

⁽³²⁾ (Vofl. IV, does. 131, 136-165, 167-211; vol. V, dioos. 54 e 103.

ⁱ³³⁾ Vol. V, doos. 55, 56, 61, 64.

⁽³⁴⁾ Vol. V, does. .1; 7, 12, 13, 41, 74, 81, 92, 93, 102, 106, 108-110, 118, 122, 138, (142, 143-146, 167, 177.

⁽³⁵⁾ VolL y, (doics 2-14, 17-25, 28-46, 52, 53, 55-115, 119-128, 147-162, 167-199, 212, 218.

com os Turcos e os projectos de «liga» contra eles, as questões com a Suécia e a rebelião deste país contra Segismundo III, a política de boa vizinhança e de amizade deste monarca relativamente à Casa de Áustria, os esforços da Espanha para impedir aos Holandeses revoltados o comércio da Polónia e da Suécia, a ideia que teve Filipe II de obter do tsar da Moscovia o aprestamento dos navios ingleses nos portos daquele país... (36).

Notemos, para terminar, que, nesta vasta colectânea, há documentos que interessam directamente à história de Portugal. Não são em grande número e alguns, devemos reconhecer, constituem simples curiosidade. É o caso de três cartas referentes a um episódio em que aparece como figura central o Prior do Grato. Sabe-se que, em 1588, o príncipe exilado tentava organizar um desembarque em Portugal e busoava o apoio do rei de Marrocos >(37). Chegou mesmo a correr que procuraria encontrar-se com o sultão otomano e que iria a Constantinopla atravessando a Polónia. A 13 de Dezembro de 1588, o diplomata espanhol Guillen de San Clemente, antigo representante do seu país na corte polaca, escrevia de Prágia a Filipe II, informando-o de que, para a hipótese de D. António passar na Polónia, ele tinha «tendido por ella muchos lazos para cogerle», fazendo vigiar todos os passos entre Dainziig e os confins. O principal encarregado dessa missão era o pOlaco Jordain Spytek; «le han prometido hasta 20 mil letsoudois, si sale con la empresa». Idênticas diligêncioials ste faziam na Alemanha e na Hungria (38).

Um mês depois, tendo constado que D. António desistira do seu designio, San Clemente suspendeu as diligências que fazia na Polónia, para evitar despesas, «pero de manera que se podran tomar a armar las redes siempre que sea menester». E acrescentava um pormenor interessante, até pelos termos usados: «Ninguno de los que andan en esta aaçã sabe que es Don Antonio el que se busca sino un español que ha delinquido...» (39). Apesar de tudo, o príncipe português conseguiu evitar as «redes» de Filipe II...

(36) VoUs. II a VI, *pa&sim*.

(37) P. José de Castro^ *O Prior do Crsáo*, Lisboa, 1942, ip. 381; M. Fernández Alvarez, *Felipe II, Isabel de Inglaterra y Marruecos*, Madrid, 1951, pfp. 24-25.

(38> Vott. V, dioc. 117,

(39) Vol. V, docs. 173 e 174.

De maior importância são os documentos que se referem à falta e carestia do trigo em Lisboa nos anos de 1580-1583 e as tentativas para trazer o cereal da Polónia e da Alemanha, impedindo ao mesmo tempo a sua exportação para a Holanda revoltada. Por outro lado, um diplomata polaco propôs que as especiarias, em vez de irem para a Flandres, fossem dirigidas a Danzig ⁽⁴⁰⁾.

Podemos, assim, concluir que esta colectânea documental é de grande interesse para a história da Polónia e das relações deste país com os seus vizinhos e com outros Estados europeus na segunda metade do século xvi e primeiras duas décadas do xvii.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

SEBASTIÃO DA VEIGA CABRAL — *Descrição Corogrèdica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colónia da Cidade do Sacramento*. Montevideo, 1965. Separata da *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo xxiv. 272 pp. + mapa.

Apesar de estar já publicada, em diversos países, uma vasta documentação respeitante à Colónia do Sacramento e à sua importância na história do Brasil e na das relações luso-espanholas, também é certo que têm permanecido inéditas e quase nada utilizadas pelos historiadores muitas outras fontes, por vezes de grande valor. É o caso da obra de Sebastião da Veiga Cabral, só há pouco tempo impressa pelo Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai.

Um investigador uruguaio estranhou que tal iniciativa tivesse partido de um organismo cultural do seu país e não de uma instituição brasileira ^{C¹}, mas a verdade é que este escrito interessa tanto ou mais ao Uruguai do que ao Brasil. O que os estudiosos da

⁽⁴⁰⁾ Viol. IV, doas. 80, 116, 118, 11119.

Ol H. Martínez Montero, *Comentario sobre la reciente publicación de un trabajo de Veiga Cabral*, in *Revista Nacional*, Montevideo, t. X, 1965, n.º 223-224, pp. 129-130.